

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA
DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Daniela Caldeira Caixeta

**Uma análise das ações do COMTUR de Jequitinhonha, MG,
ao longo das gestões municipais 2017- 2020 e 2021-2024:
avanços e desafios da consolidação do Programa de
Regionalização do Turismo**

DANIELA CALDEIRA CAIXETA

**Uma análise das ações do COMTUR de Jequitinhonha, MG,
ao longo das gestões municipais 2017- 2020 e 2021-2024:
avanços e desafios da consolidação do Programa de
Regionalização do Turismo**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Curso de Especialização de Gestão Pública de
Turismo e Desenvolvimento Regional da
Universidade Federal de Juiz de Fora como
requisito parcial à obtenção do título de
Especialista em Gestão Pública de Turismo e
Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Anne Bastos Martins Rosa

Juiz de Fora

2026

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Caixeta, Daniela Caldeira Caixeta .

Uma análise das ações do COMTUR de Jequitinhonha, MG, ao longo das gestões municipais 2017- 2020 e 2021-2024: avanços e desafios da consolidação do Programa de Regionalização do Turismo / Daniela Caldeira Caixeta Caixeta. -- 2026.

41 f.

Orientadora: Anne Bastos Martins Rosa Rosa

Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Especialização em Gestão Pública de Turismo e Desenvolvimento Regional, 2026.

1. Turismo. 2. Conselho Municipal de Turismo. 3. Programa de Regionalização do Turismo. I. Rosa, Anne Bastos Martins Rosa, orient. II. Título.

DANIELA CALDEIRA CAIXETA

**Uma análise das ações do COMTUR de Jequitinhonha, MG,
ao longo das gestões municipais 2017- 2020 e 2021-2024:
avanços e desafios da consolidação do Programa de
Regionalização do Turismo**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Curso de Especialização de Gestão Pública de
Turismo e Desenvolvimento Regional da
Universidade Federal de Juiz de Fora como
requisito parcial à obtenção do título de
Especialista em Gestão Pública de Turismo e
Desenvolvimento Regional.

Aprovada em (dia) de (mês) de (ano)

BANCA EXAMINADORA

Anne Bastos Martins Rosa - Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora

Marllon Santos da Silva
Universidade Federal de Minas Gerais

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho, primeiramente, a Deus, por me conceder a realização deste sonho e a perseverança ao longo desta jornada. À minha mãe, Maria de Lourdes Soares Caldeira, pelo amor incondicional; ao meu pai (in memoriam) Ely de Matos Caixeta, que, mesmo ausente, permanece presente em meus pensamentos e em cada conquista da minha vida. À minha irmã, Fernanda Caldeira Caixeta, pelo carinho e companheirismo. Ao meu marido, Breno Antunes Rodrigues, pelo apoio, paciência e compreensão nos momentos de cansaço e dedicação aos estudos. E aos meus filhos, Valentina Antunes Caldeira e Vinícius Antunes Caldeira, razão do meu esforço diário e inspiração para buscar sempre um futuro melhor.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo identificar os avanços e os desafios relacionados à implementação do Programa de Regionalização do Turismo no município de Jequitinhonha, Minas Gerais, a partir da análise das discussões e deliberações registradas nas atas do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) ao longo das gestões municipais de 2017–2020 e 2021–2024. A pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental. O procedimento metodológico baseou-se na análise de conteúdo temática das atas das reuniões do COMTUR realizadas entre 2017 e 2024, as quais foram examinadas com o objetivo de identificar os principais temas discutidos, sua frequência e sua relação com os oito eixos de atuação do Programa de Regionalização do Turismo. Os resultados indicam que o conselho apresenta regularidade de funcionamento e participação ativa de seus membros, configurando-se como importante instância de governança e articulação institucional no âmbito da política pública de turismo local. Entre os temas mais recorrentes nas reuniões destacam-se a realização de eventos, a infraestrutura turística, as deliberações relacionadas ao Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR) e ações de marketing e promoção do destino. Esses aspectos evidenciam avanços no fortalecimento da governança e na promoção da atividade turística no município. Entretanto, a análise também revelou desafios significativos, como a predominância de pautas operacionais e imediatas, a baixa frequência de discussões relacionadas ao planejamento estratégico, à qualificação profissional, ao monitoramento e à informação ao turista, além da dependência de recursos públicos para a execução das ações. Observou-se ainda que muitas discussões registradas nas atas ocorreram de forma pontual, sem aprofundamento ou acompanhamento de resultados. Conclui-se que, embora o COMTUR desempenhe papel relevante na condução das ações turísticas locais e na articulação entre poder público e sociedade civil, ainda há necessidade de fortalecer pautas estratégicas e estruturantes, de modo a ampliar a efetividade da política pública de turismo e promover maior alinhamento às diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo no município de Jequitinhonha.

Palavras-chave: Turismo; Conselho Municipal de Turismo; Programa de Regionalização do Turismo.

ABSTRACT

This paper aims to identify the progress and challenges related to the implementation of the Tourism Regionalization Program in the municipality of Jequitinhonha, Minas Gerais, based on an analysis of the discussions and deliberations recorded on the Municipal Tourism Council's minutes during the municipal administrations from 2017–2020 and 2021–2024. The research adopts a qualitative, exploratory and descriptive approach, based on a bibliographic review and documentary analysis. The methodological procedure was based on thematic content analysis of the minutes from COMTUR meetings held between 2017 and 2024, which were analyzed to identify the main topics discussed, their frequency, and their relationship with other Tourism Regionalization Program's areas. The results show that the council operates consistently and that its members have an active participation, establishing itself as an important body for governance and institutional coordination within the framework of local tourism policy. The most frequently discussed topics at the meetings are the events planning, tourism infrastructure, decisions regarding the Municipal Tourism Fund (FUMTUR), and marketing and destination promotion initiatives. These developments highlight progress in strengthening governance and promoting tourism in the municipality. However, the analysis also revealed significant challenges, such as the predominance of operational and immediate agendas, the low frequency of discussions about the strategic planning, the professional qualification, the monitoring and information to the tourist, in addition to the dependence on public resources to put the actions in practice. It was also observed that many discussions recorded in the minutes occurred on an ad hoc basis, without in-depth analysis or results monitoring. It is concluded that, although COMTUR plays an important role conducting local tourism actions and in the articulation between public power and civil society, there is still a need to strengthen strategic and structuring agenda, in order to increase the public tourism policy effectiveness and promote greater alignment with Tourism Regionalization Program guidelines from municipality of Jequitinhonha.

Keywords: Tourism; Municipal Tourism Board; Tourism Regionalization Program.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	07
2	REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1	POLÍTICA PÚBLICA DE TURISMO	10
2.1.1	Breve histórico das Políticas Públicas de Turismo no Brasil	11
2.2	Programa de Regionalização do Turismo.....	12
2.3	Governança e Conselhos	15
3	ASPECTOS METODÓLOGICOS	17
3.1	Caracterização do Campo.....	18
4	DISCUSSÕES DOS RESULTADOS	20
4.1	Breve apresentação do município de Jequitinhonha	19
4.2	Análise dos dados	20
4.2.1	Categorização dos temas tratados pelo COMTUR à luz dos eixos do Programa de Regionalização do Turismo	21
4.3	Análise comparativa dos temas das atas do COMTUR nas duas gestões municipais	33
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
	REFERÊNCIAS	39

1 INTRODUÇÃO

O turismo constitui uma atividade de caráter multidimensional, envolvendo aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais, e desempenha papel relevante nos processos de desenvolvimento territorial. Nesse contexto, a atuação do poder público é fundamental para orientar e organizar a atividade turística de forma planejada e sustentável, por meio da formulação e implementação de políticas públicas capazes de integrar o turismo às estratégias de desenvolvimento local e regional (Beni, 2006).

No Brasil, a atual política de turismo foi institucionalizada em 2003, com a criação do Ministério do Turismo, marco importante para a consolidação de uma atuação governamental mais estruturada no setor. A partir desse momento, o turismo passou a ser mais valorizado como área estratégica para o desenvolvimento do país, o que resultou na formulação de planos programas e projetos voltados à descentralização da gestão, ao fortalecimento dos destinos turísticos e à promoção do desenvolvimento sustentável (Brasil, 2003).

Destaca-se, nesse contexto, o Programa de Regionalização do Turismo, concebido como modelo de ordenamento político-territorial de referência para as ações do Ministério do Turismo e das Secretarias Estaduais de Turismo, configurando-se como o principal instrumento de execução da Política Nacional de Turismo. Instituído em 2004, o programa tem como objetivo apoiar a estruturação dos destinos turísticos e promover o desenvolvimento do setor por meio da organização em regiões turísticas (Minas Gerais, 2014).

Em Minas Gerais, a regionalização se consolidou por meio de Circuitos Turísticos, que buscam o desenvolvimento do turismo de forma integrada. Os Circuitos Turísticos Mineiros são Instâncias de Governança Regionais (IGRs), reconhecidas pelo Decreto nº 43.321, de 8 de maio de 2003 e constituem o principal elo entre os governos municipais e os governos estadual e federal. Em parceria com os Conselhos Municipais de Turismo (COMTUR), as IGRs orientam e coordenam a execução da política de turismo junto à cadeia produtiva local (Minas Gerais, 2014).

O município de Jequitinhonha, em Minas Gerais, está inserido no Programa de Regionalização, desde 2014, por meio do Circuito Turístico dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, certificado pela Secretaria de Cultura e Turismo de Minas Gerais (SECULT-MG;

ACITURVALES, s.d.). A associação do circuito, entendido como uma IGR é composta por outros 21 municípios, além de Jequitinhonha, a saber: Águas Formosas, Águas Vermelhas, Almenara, Araçuaí, Bandeira, Bertópolis, Comercinho, Coronel Murta, Crisólita, Divisa Alegre, Divisópolis, Itinga, Joáima, Mata Verde, Medina, Pedra Azul, Pescador, Ponto dos Volantes, Rubim, Santa Helena de Minas e Virgem da Lapa (Minas Gerais, 2025).

A Política Municipal de Turismo de Jequitinhonha foi instituída pela Lei nº 1.498, de 28 de maio de 2019, que criou o Conselho Municipal de Turismo, o COMTUR, um órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo e normativo, com composição paritária entre o poder público e a sociedade civil. O COMTUR tem como principal atribuição atuar na elaboração, acompanhamento da execução, fiscalização e avaliação das políticas públicas de turismo consolidadas no Plano Municipal de Turismo – PLAMTUR, concedendo apoio à sua execução com vistas à consolidação e continuidade do desenvolvimento do Turismo (Jequitinhonha, 2019).

Diante desse contexto, o estudo orienta-se pela seguinte questão-problema: como as informações contidas nas atas de reunião do Conselho Municipal de Turismo de Jequitinhonha refletem os avanços e os desafios do Programa de Regionalização do Turismo, no período 2017-2020 e 2021-2024?

O presente estudo tem como objetivo geral identificar os avanços e os desafios relacionados ao Programa de Regionalização do Turismo no município de Jequitinhonha, por meio da análise e interpretação das discussões e deliberações contidas nas atas de reunião do Conselho Municipal de Turismo, no período de 2017-2020: Prefeito Roberto Alcântara Botelho e 2021-2024: Prefeito Nilo Souto.

De modo específico, o estudo concentra-se em: a) identificar os principais temas que pautaram as discussões do COMTUR no recorte temporal analisado; b) verificar a existência de correlação entre tais temas e o Programa de Regionalização do Turismo; c) estabelecer um comparativo das ações do COMTUR entre as duas gestões públicas que atuaram no município de Jequitinhonha durante o período investigado; d) os resultados desta pesquisa serão encaminhamentos à gestão pública atual e aos membros do COMTUR de Jequitinhonha.

Tal proposta se justifica, em parte, pela experiência prática da autora que atuou como presidente executiva da Associação do Circuito Turístico dos Vales do Jequitinhonha e do

Mucuri, entre 2019 e 2022. Atualmente, atua como gestora técnica, desde, 2023, o que possibilita uma compreensão aprofundada da dinâmica e dos desafios da regionalização turística na região.

Considerando as atas de reunião do Conselho Municipal de Turismo de Jequitinhonha como registros oficiais das decisões e deliberações do conselho, sua análise permite compreender o comprometimento do conselho com o Programa de Regionalização do Turismo, bem como identificar avanços, entraves de gestão e desafios relacionados à governança, à articulação institucional e à continuidade das ações. Ao responder ao problema de pesquisa, o estudo contribui para o aprimoramento da gestão do turismo local, subsidiando a atuação do Conselho Municipal de Turismo e do poder público municipal.

Para a compreensão de como o Programa de Regionalização do Turismo se materializa no âmbito municipal, a pesquisa fundamenta-se em abordagem qualitativa, por meio de pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica abrange obras teóricas, legislações, documentos técnicos, cartilhas e publicações relacionadas ao Programa de Regionalização do Turismo no Brasil e em Minas Gerais.

A pesquisa documental concentra-se na análise da totalidade das atas das reuniões do Conselho Municipal de Turismo de Jequitinhonha, referente ao período 2018 a 2024. O recorte temporal abrange duas gestões municipais distintas, 2017-2020 e 2021-2024, no entanto não existem registros das atas do ano 2017, por isso sua exclusão.

O trabalho é composto por um referencial teórico, no qual se discutem os principais conceitos e abordagens relacionados ao turismo, à política pública de turismo, ao Programa de Regionalização do Turismo, à governança e conselhos fornecendo a base conceitual que sustenta a pesquisa. Em seguida, são apresentados os aspectos metodológicos, com a descrição dos procedimentos adotados, do recorte temporal, das técnicas de coleta e análise dos dados. A etapa de análise dedica-se à interpretação dos dados obtidos, à luz do referencial teórico e dos objetivos propostos. Por fim, a conclusão sistematiza os principais resultados, destaca as contribuições do estudo e apresenta considerações finais e encaminhamentos decorrentes da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Política Pública de Turismo: compreendendo o conceito.

O turismo deve ser compreendido como um sistema complexo resultante da articulação de múltiplos fatores e recursos, sejam naturais, culturais, humanos, tecnológicos e econômicos, que requer a atuação do poder público por meio de políticas específicas. O desenvolvimento no turismo está integrado ao planejamento estratégico do sistema turístico (Beni, 2006).

O planejamento, por sua vez, deve ser visto como um processo que visa o alcance de um futuro almejado e possível, estabelecido por meio da determinação de objetivos e dos meios e recursos necessários para sua concretização. “Quanto mais complexo for o objetivo [...], mais complexo será o processo de planejamento e conseqüentemente, será possível ordenar prioritariamente as ações a serem executadas de modo a alcançar os resultados esperados”, segundo Binfaré *et al* (2016, p. 32).

O planejamento ocorre associado às políticas públicas, tanto na esfera municipal, estadual, quanto na federal, em busca de gerar impactos positivos para a comunidade, ao mesmo tempo em que atenuar eventuais males que uma prática mal planejada pode gerar. Cabe as políticas públicas definir diretrizes que promovam um planejamento em consonância com o desenvolvimento da atividade e dos territórios onde ela ocorre.

Ressalta-se que políticas públicas e planejamento constituem conceitos distintos, embora complementares. As políticas públicas são um conjunto de intenção, orientação e posturas a serem adotadas, e que precisam estar integradas ao planejamento. Enquanto, o planejamento é a intervenção no território por meio de um processo contínuo, conforme Cruz e Sansolo (2003).

As políticas de turismo destinam-se à condução e à organização da atividade turística, abrangendo diversos componentes e dimensões, onde “se faz necessário criar, desenvolver, conservar e proteger os recursos turísticos” (Beni, 2006, p. 91).

Nesse sentido, a política de turismo deve estar integrada ao desenvolvimento planejado de uma região ou país, não podendo ser tratada de forma isolada ou dissociada das demais políticas públicas. Essa integração pressupõe que o turismo seja pensado de maneira

estratégica, articulando-se com áreas como cultura, meio ambiente, infraestrutura, planejamento urbano e desenvolvimento econômico, ainda:

deve apresentar caráter permanente em seus grandes condicionamentos e diretrizes. No âmbito dos programas, deve ser suficientemente flexível para permitir a inclusão de novos objetivos e instrumentos adequados para a atingi-los, bem como para promover a atualização dos que estiverem em vigor (Beni, 2003, p. 101).

2.1.1 Breve histórico das Políticas Públicas de Turismo no Brasil

Para um melhor entendimento do seu histórico, as políticas públicas de turismo serão divididas em quatro fases distintas: das primeiras intervenções do Estado até 1966; de 1966 até 1991, período que pode ser entendido como a fase de estabelecimento das primeiras políticas turismo; de 1995 a 2002, o início de sua consolidação; de 2003 aos dias atuais, o avanço das políticas de turismo com a criação de um ministério exclusivo (Aleixo, 2014).

A década de 1930 até meados de 1960 foi marcada por ações pontuais e pela ausência de planejamento estruturado. O período seguinte, entre 1966 e 1991, corresponde ao estabelecimento das políticas públicas de turismo, com a criação de órgãos específicos e a consolidação do turismo como setor relevante para o desenvolvimento econômico. Destaca-se o Decreto-lei 55/66 que estabeleceu a Política Nacional de Turismo (Carvalho, 2000), a primeira política de turismo, que apesar de não ter sido efetivada, foi uma primeira experiência.

Entre 1995 e 2002, observa-se o início da consolidação das políticas, marcado pela descentralização das ações, pelo fortalecimento do planejamento e pela maior participação dos entes subnacionais (Trentin; Fratucci, 2011).

Por fim, a fase iniciada a partir de 2003 marcada pela criação do Ministério do Turismo, pela institucionalização da Política Nacional de Turismo e pela implementação de programas como o de Regionalização do Turismo, que reforçam a governança, a participação social e a articulação entre os diferentes níveis de governo (Aleixo, 2014).

Em janeiro de 2026, por meio da Portaria 1/2026, do Ministério do Turismo, o Programa de Regionalização do Turismo e seus componentes foram atualizados, mantendo as diretrizes da descentralização e da participação (Brasil, 2026). Sobre este programa, novas informações serão apresentadas adiante.

Diante do exposto, observa-se que o planejamento e a política pública de turismo constituem elementos centrais para a organização e o desenvolvimento sustentável da atividade turística, exigindo atuação articulada do Estado, continuidade das diretrizes e flexibilidade dos instrumentos de gestão.

Segundo Cruz (2001), o turismo deve ser compreendido a partir de sua relação com o território, uma vez que as políticas públicas voltadas para o setor produzem e reorganizam o espaço, exigindo planejamento integrado e articulação entre diferentes escalas de gestão.

2.2 Programa de Regionalização do Turismo

Para Dias (2013), a regionalização do turismo configura-se como uma estratégia de planejamento e gestão voltada à integração de territórios e à articulação entre diferentes atores institucionais, públicos e privados, com vistas à promoção do desenvolvimento regional sustentável. O autor destaca que a organização do turismo em escala regional permite superar a fragmentação das ações isoladas dos municípios, favorecendo o uso mais eficiente dos recursos, o fortalecimento da governança e a ampliação da competitividade dos destinos turísticos. Nesse sentido, a regionalização contribui para a construção de políticas públicas mais integradas, baseadas na cooperação intermunicipal e na participação social.

De acordo com o MTur, a regionalização do turismo tem como objetivo promover o desenvolvimento e a descentralização da atividade turística; diversificar e qualificar a oferta de produtos; inserir novos destinos e roteiros no mercado; integrar os arranjos produtivos locais vinculados ao setor; ampliar o tempo de permanência dos visitantes; e dinamizar as economias regionais (Brasil, 2009).

Em conjunto, os dois enfoques revelam que a regionalização ultrapassa a mera divisão geográfica, constituindo-se como um instrumento de planejamento estratégico que articula cooperação, competitividade e sustentabilidade no âmbito regional.

No contexto brasileiro, esses pressupostos teóricos se materializam, de forma expressiva, no Programa de Regionalização do Turismo, que é uma política pública estruturante e descentralizada, que se fortalece com integração, diálogo e participação efetiva de seus autores.

O Programa de Regionalização do Turismo é um programa estruturante do Ministério, que trabalha a convergência e a interação de todas as ações desempenhadas pelo MTur com estados e municípios brasileiros. Seu objetivo principal é o de apoiar a estruturação dos destinos, a gestão e a promoção do turismo no País, a partir de 8 eixos estruturantes com vistas à promoção do desenvolvimento regional (Brasil, s.d.).

A criação do programa surgiu como grande marco da gestão participativa do turismo com foco no desenvolvimento regional, sendo que, a partir deste, as diversas esferas (governamental, sociedade civil e setor privado) trabalham em conjunto para a implementação de políticas públicas para o desenvolvimento do turismo sustentável focada em base local.

O modelo de gestão adotado pelo Programa de Regionalização do Turismo está alicerçado sob a ótica da gestão compartilhada, deixando assim, evidentes a participação, democratização, consensos e acordos, envolvendo multiplicidade e diversidade de entes institucionais, agentes econômicos e sociedade civil organizada (Brasil, 2013).

Dessa forma, o programa constitui um dos principais instrumentos de execução da Política de Turismo, servindo de referência para as ações do Ministério do Turismo ao propor a estruturação, o ordenamento e a diversificação da oferta turística, com vistas ao fomento do desenvolvimento local. Nesse contexto, sua gestão compartilhada (vide Quadro 1) organiza-se a partir da qualificação dos sistemas de planejamento, acompanhamento e avaliação, bem como da comunicação e da informação em rede, buscando ampliar a participação social e assegurar a efetividade da condução do programa.

Quadro 1 – Gestão Compartilhada do Programa de Regionalização do Turismo

Âmbito	Instituição	Colegiado	Executivo
Nacional	Ministério do Turismo	Conselho Nacional	Coordenação-Geral de Áreas Estratégicas para o Desenvolvimento Turístico (Secretaria Nacional de Atração de Investimentos, Parcerias e Concessões)
Estadual	Órgão Oficial de Turismo da Unidade da Federação	Conselho / Fórum Estadual	Interlocutor Estadual
Regional	Instância de Governança Regional (IGR)	—	Interlocutor Regional
Municipal	Órgão Oficial de Turismo do Município	Conselho / Fórum Municipal	Interlocutor Municipal

Fonte: Portaria MTur nº 41, de 24 de novembro de 2021 (Brasil, 2021)
Elaborado pela autora (2026)

Os eixos de atuação do Programa de Regionalização do Turismo representam o ciclo de desenvolvimento e a produção de atividades, bens e serviços turísticos nas regiões e municípios, funcionando como parâmetros orientadores das ações estratégicas e das áreas de resultados a serem alcançados. Traduzem as funções essenciais do programa, articulando as dimensões de gestão, organização territorial e promoção do turismo. São oito eixos de atuação, conforme Quadro 2:

Quadro 2 – Eixos de atuação do Programa de Regionalização do Turismo

Eixo de Atuação	Descrição
Gestão descentralizada do turismo	Enfatiza a organização colaborativa entre os atores públicos e privados, ampliando a participação social e fortalecendo a capacidade de governança nos territórios turísticos.
Planejamento e posicionamento de mercado	Refere-se à definição de diretrizes estratégicas de atuação e à inserção competitiva dos destinos no mercado turístico.
Qualificação profissional, dos serviços e da produção associada ao turismo	Voltado à melhoria das competências profissionais e à elevação da qualidade dos serviços e produtos turísticos ofertados.
Empreendedorismo, captação e promoção de investimentos	Busca estimular iniciativas empreendedoras e atrair investimentos públicos e privados para o fortalecimento do setor turístico.
Infraestrutura turística	Abrange as condições físicas, técnicas e organizacionais necessárias ao desenvolvimento das atividades turísticas nos destinos.
Informação ao turista	Envolve a disponibilização de informações, dados e serviços que facilitem o acesso, a permanência e a experiência do visitante.
Promoção e apoio à comercialização	Engloba ações de divulgação, valorização e inserção dos produtos e destinos turísticos nos diferentes mercados.
Monitoramento	Consiste no acompanhamento e na avaliação contínua das ações e resultados, fornecendo subsídios para ajustes e aperfeiçoamentos.

Fonte: (Brasil, 2013).
Elaborado pela autora (2026)

Dessa forma, os eixos de atuação do Programa de Regionalização do Turismo configuram-se como um referencial para a organização e a condução das políticas públicas de turismo no âmbito nacional. Esses eixos reforçam a importância da cooperação entre os atores

públicos e privados, do fortalecimento institucional e do acompanhamento contínuo das ações, contribuindo para a consolidação de territórios turísticos mais organizados, eficientes e alinhados às diretrizes da política nacional de turismo.

2.3 Governança e Conselhos

A efetividade do Programa de Regionalização do Turismo está diretamente relacionada à existência de mecanismos de governança capazes de articular os diversos atores envolvidos na atividade e na gestão compartilhada.

Por governança entende-se “uma forma de organização social que envolve a participação de representantes do poder público, da sociedade civil organizada e do setor empresarial vinculado ao turismo em determinado território” (Viana, 2012, p. 67). Ou “uma organização com participação do poder público e dos atores privados dos municípios componentes das regiões turísticas, com o papel de coordenar o Programa em âmbito regional” (BRASIL, 2007a, p. 16). Entre as estruturas de governança o Ministério do Turismo reconhece que estas podem assumir caráter jurídico diferenciado, como fóruns, conselhos, associações, comitês, consórcio e outros colegiados.

De acordo com o Programa de Regionalização do Turismo, é indispensável que cada região turística disponha de uma instância de governança devidamente institucionalizada, uma vez que ela é responsável pelas ações de coordenação, gestão, acompanhamento, análise e avaliação, as quais não se viabilizam de forma efetiva na ausência dessa estrutura (Brasil, 2009).

No âmbito municipal, a governança turística se materializa, sobretudo, por meio da atuação de um fórum ou conselho municipal, conforme registrado no Quadro 1. O Conselho Municipal de Turismo, COMTUR, “é um órgão da administração municipal, vinculado ao Poder Executivo, de caráter consultivo e/ou deliberativo, composto por representantes do poder público, do setor empresarial e da sociedade civil” (Minas Gerais, 2014).

Dessa forma, o Conselho Municipal de Turismo assume papel estratégico na formulação, no acompanhamento e na avaliação das políticas públicas de turismo em nível local, contribuindo para o fortalecimento da governança, da participação social e do planejamento turístico. Sua atuação torna-se especialmente relevante no contexto do Programa de Regionalização do Turismo, uma vez que possibilita o alinhamento das ações municipais às

diretrizes das políticas estadual e nacional, favorecendo a consolidação da regionalização e o desenvolvimento sustentável do turismo nos territórios. Este órgão é capaz de promover a descentralização administrativa, constituindo um espaço de vivência e de construção da democracia, essencial para uma gestão participativa. Neste sentido, os conselhos permitem que a comunidade contribua, participe e fiscalize as ações do governo de forma legítima.

A efetiva participação social no processo do planejamento da atividade só será alcançada após um intenso processo de SENSIBILIZAÇÃO que reforce a importância do turismo para o desenvolvimento da região. Esta etapa é fundamental para esclarecer ao setor público e privado, a à própria comunidade, acerca das vantagens em estruturar, aumentar e diversificar a oferta turística (Minas Gerais, 2014).

É fundamental assegurar a representatividade da diversidade de atores no âmbito do COMTUR. Para isso, torna-se necessário realizar, previamente, um mapeamento das entidades e instituições locais vinculadas ao turismo no município, antes da elaboração da Lei de Criação do Conselho Municipal de Turismo, uma vez que essa legislação definirá os segmentos e grupos que deverão compor o referido conselho.

São competências do Conselho Municipal de Turismo, participar no processo de elaboração dos principais documentos de regulação da atividade turística: Regimento Interno do COMTUR, Política Municipal de Turismo, Plano Municipal de Turismo, Fundo Municipal de Turismo, Estatuto do Fundo Municipal de Turismo e elaborar legislação correlata à atividade turística (Minas Gerais, 2014).

A existência de um COMTUR ativo é um requisito obrigatório para um município que pretenda participar de uma IGR – Instância de Governança Regional e do Mapa do Turismo Brasileiro (BRASIL, 2026), bem como para aqueles que pretendem se habilitar para recebimento do ICMS Turismo (ICMS Turismo) (Minas Gerais, s.d.).

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, do tipo exploratório e descritivo, sendo empregados procedimentos analíticos a partir de todas as atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal de Turismo de Jequitinhonha. O recorte temporal abrange duas gestões municipais distintas, 2017-2020 e 2021-2024, no entanto não existem registros das atas do ano 2017, por isso sua exclusão.

A pesquisa documental exigiu o acesso ao livro de atas do COMTUR, que foi solicitado e autorizado por representante da gestão municipal, viabilizando a realização da coleta e da análise de dados, realizada entre dezembro de 2025 a fevereiro de 2026. Outras fontes documentais foram consultadas, como legislações e documentos relacionados ao Programa de Regionalização do Turismo no Brasil e em Minas Gerais, por meio do portal do Ministério do Turismo e da Secretaria de Cultura e Turismo de Minas Gerais.

A revisão narrativa da bibliografia se somou à análise documental para consubstanciar a pesquisa pretendida. Para tal o mecanismo de busca foi realizado por meio de palavras-chave como “planejamento do turismo”, “política pública de turismo”, “programa de regionalização do turismo”, “governança e turismo” e “conselho municipal de turismo”. Os principais sites utilizados foram Google Acadêmico, repositórios como o da UFJF e *SciELO*.

Utilizou-se da análise de conteúdo temática, conforme Bardin (2011), fundamentada em uma abordagem interpretativa. A leitura inicial das atas permitiu a identificação dos principais temas discutidos nas reuniões do COMTUR e sua frequência, separados por gestão: 2017-2020, 2021-2024. O resultado está disponível no Quadro 3, na Análise de Resultados, e permitiu responder ao objetivo específico 1.

Para conferir maior rigor à pesquisa, realizou-se uma nova leitura das atas, desta vez direcionada por tema e por gestão, com o objetivo de compreender melhor o contexto das discussões e deliberações. Contudo, durante esse processo, observou-se que as atas do COMTUR são bastante sucintas, apresentando registros breves das reuniões. Essa característica constituiu uma limitação da pesquisa, uma vez que restringe a compreensão mais aprofundada dos debates, encaminhamentos e justificativas relacionados às decisões tomadas no âmbito do conselho.

Em seguida, cada tema foi categorizado conforme sua correspondência a um dos oito eixos de atuação do Programa de Regionalização do Turismo: Gestão descentralizada do turismo; Planejamento e posicionamento de mercado; Qualificação profissional, dos serviços e da produção associada; Empreendedorismo, captação e promoção de investimento; Infraestrutura turística; Informação ao turista; Promoção e apoio à comercialização e Monitoramento. O resultado está disponível no Quadro 4, na Análise de Resultados, e permitiu responder ao objetivo específico 2.

Para a realização deste estudo, utilizou-se o documento “Programa de Regionalização do Turismo – Diretrizes”, publicado em 2013 pelo Ministério do Turismo. Não foram consideradas as disposições do Ministério do Turismo estabelecidas na Portaria MTur nº 1, de 30 de janeiro de 2026, que regulamenta as novas normas do Programa de Regionalização do Turismo, do Mapa do Turismo Brasileiro e da Categorização dos Municípios no âmbito do Mapa do Turismo Brasileiro, por se tratar de normativa posterior ao recorte temporal adotado na pesquisa.

Tal procedimento permitiu organizar as informações favorecendo a interpretação e avaliação da aderência das discussões, deliberações e encaminhamentos do COMTUR às diretrizes estabelecidas pela Programa de Regionalização do Turismo, bem como estabelecer um comparativo entre as principais pautas do COMTUR nas gestões municipais 2017-2020, 2021-2024, atendendo assim ao objetivo geral e ao objetivo específico 3.

3.1 Caracterização do Campo: Breve apresentação do município de Jequitinhonha

O município de Jequitinhonha possui área territorial de 3.514,216 km² e população estimada em 24.007 habitantes. Localiza-se no nordeste do estado de Minas Gerais, integrando a região do Vale do Jequitinhonha, mais especificamente o território do Baixo Jequitinhonha (IBGE, 2022).

A história de Jequitinhonha está ligada aos ciclos de exploração de ouro e diamantes e começou a ser registrada em 1804, quando o alferes Julião Fernandes Leão instalou a Sétima Divisão Militar para proteger o rio Jequitinhonha, então considerado diamantífero, além de defender colonos e promover o aldeamento indígena. O povoado foi oficialmente instalado em 1811, com o nome de Sétima Divisão Militar de São Miguel. Ao longo do tempo, passou

por mudanças de denominação até se tornar Jequitinhonha, em 1923 (Plano Municipal de Turismo, 2022).

Jequitinhonha é a mais antiga cidade do Baixo Vale do Jequitinhonha e se desenvolveu com a expansão da pecuária e a abertura do rio à navegação no século XIX. Tornou-se importante via de escoamento de produtos entre o norte de Minas e o litoral baiano. Apesar das frequentes enchentes que marcaram suas primeiras décadas, o município cresceu e se consolidou. Ao longo de mais de 200 anos, transformou-se em um núcleo urbano com rico conjunto arquitetônico, destacando-se por igrejas, praças e casarões que acompanham o contorno do rio. No início do século XX, viveu grande dinamismo econômico e cultural, tornando-se polo regional com cinema, teatro, filarmônica e intensa vida literária (Plano Municipal de Turismo, 2022).

Os atrativos turísticos de destaque de Jequitinhonha são a Casa de Cultura, a Casa do Artesão, a Associação Artesanal, o Mercado Municipal, a Praça Virgem da Lapa, a Igreja Matriz São Miguel e Almas, o Distrito Guaranilândia, o Quilombo Mumbuca, a Feira de Sábado, a Serra das Quatro Patacas, a Reserva Biológica da Mata Escura, o Rio Jequitinhonha, a Ponte, o Conjunto Urbanístico localizado na região central da cidade e as tradicionais festas como: O Encontro dos Bois de Janeiro, Carnaval do Sol e o Festival de Quadrilhas do Vale do Jequitinhonha (FEQUAJE) (Minas Gerais, s.d).

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Análise dos Dados

Para esta análise, foram examinadas 41 atas de reuniões ordinárias e 01 ata de reunião extraordinária referente ao período de 2018 a 2024. A análise foi realizada a partir dos registros em atas no caderno de atas do COMTUR, disponível na Secretaria de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer de Jequitinhonha.

O calendário de reuniões, conforme disposto pela Lei nº 1.498, de 28 de maio de 2019, que institui a Política Municipal de Turismo de Jequitinhonha, no Capítulo IV - Do Período e do Funcionamento - Art. 38: O Conselho Municipal de Turismo – COMTUR reunir-se-á a cada dois meses e extraordinariamente quando convocado pelo Presidente ou maioria de seus membros (Jequitinhonha, 2019). Verifica-se que tal dispositivo legal foi cumprido, com a realização de seis reuniões por ano. No que se refere à participação dos membros nas reuniões do COMTUR, observa-se que esta se mostra positiva, com a presença de quórum em todas as reuniões e a participação da totalidade dos membros.

Diante desse contexto, passa-se à identificação dos principais temas recorrentes discutidos nas reuniões do COMTUR ao longo do período estudado.

Quadro 3 – Temas abordados nas reuniões do COMTUR e frequência de registros

Tema	Frequência (nº de ocorrências)
Eventos	84
Infraestrutura	27
Deliberações do FUMTUR	24
Projetos Turísticos	20
Marketing Turístico	20
Capacitação	7
Sinalização Turística	6
Reserva Biológica da Mata Escura	6
Substituição de membros	5
Posse de membros	5
Atrativos Turísticos	4
Aplicação do Questionário das atividades do COMTUR	4
Programas Turísticos	3
Escassez de recurso financeiro	3

Tema	Frequência (nº de ocorrências)
COVID-19	3
ICMS Turismo	2
Mapa do Turismo Brasileiro	2
Regulamentação	2
Renovação do Termo Associativo da IGR	2
Mobilização social para a saúde	2
Cadastur	1
Obras	1
Segurança Pública	1

Fonte: Elaboração própria (2026), com base nas atas do COMTUR.

Quanto à frequência, ou seja, número de vezes que cada tema foi citado nas atas no COMTUR no período investigado, a centralidade do tema Eventos fica evidente em relação aos demais, sendo três vezes maior (81) que o tema Infraestrutura, que atingiu o segundo maior número em frequência (27). Esse dado sugere uma orientação significativa da agenda do COMTUR para a dinamização do calendário de eventos local como estratégia de fortalecimento do setor.

Na sequência, Infraestrutura, Deliberações do FUMTUR, Projetos Turísticos e Marketing Turístico representa um outro grupo significativo, com frequência similares, variando entre 20 e 27.

Os outros 18 temas que compuseram a pauta do COMTUR Jequitinhonha, ao longo das duas gestões municipais, têm uma frequência bem menos significativa, se comparados aos anteriores, variando de 1 a 7, entre esses incluem temas de relevância para o Programa de Regionalização do Turismo, como Renovação do Termo Associativo da IGR, Mapa do Turismo Brasileiro, Cadastur e ICMS Turismo.

A seguir, passaremos à análise dos temas após terem sido associados à política de regionalização, conforme propõe o objetivo desta pesquisa.

4.2.1 Categorização dos temas tratados pelo COMTUR Jequitinhonha à luz dos oito eixos do Programa de Regionalização do Turismo

Os 23 temas identificados nas atas do Conselho Municipal de Turismo de Jequitinhonha foram agrupados por afinidade e categorizados em um dos oito eixos de atuação do Programa

de Regionalização do Turismo, a saber: (1) Gestão descentralizada do turismo; (2) Planejamento e posicionamento de mercado; (3) Qualificação profissional, dos serviços e da produção associada ao turismo; (4) Empreendedorismo, captação e promoção de investimentos; (5) Infraestrutura turística; (6) Informação ao turista; (7) Promoção e apoio à comercialização; (8) Monitoramento, com o objetivo de avaliar o grau de aderência das discussões do conselho às diretrizes estruturantes da política nacional de turismo.

A escolha destas categorias funciona como parâmetros para verificar se a atuação do COMTUR tem se orientado por uma lógica estratégica e integrada às diretrizes federais ou se permanece concentrada em demandas pontuais e imediatas da gestão turística local.

Quadro 4 – Agrupamento por afinidade dos temas das atas do COMTUR Jequitinhonha, 2017-2020/2021-2024, em relação aos eixos de atuação do Programa de Regionalização do Turismo

Eixo de Atuação	Temas
Gestão descentralizada do turismo	Substituição de membros do COMTUR; Posse de membros do COMTUR; Renovação do Termo Associativo da IGR; Regulamentação.
Planejamento e posicionamento de mercado	Projetos Turísticos; Programas Turísticos; Reserva Biológica da Mata Escura; COVID-19; Segurança Pública; Mapa do Turismo Brasileiro.
Qualificação profissional, dos serviços e da produção associada ao turismo	Capacitação; Cadastur.
Empreendedorismo, captação e promoção de investimentos	ICMS Turismo; Escassez de recurso financeiro; Deliberações do FUMTUR.
Infraestrutura turística	Infraestrutura; Obras; Mobilização social para a saúde e Sinalização Turística.
Informação ao turista	—
Promoção e apoio à comercialização	Eventos; Marketing Turístico; Atrativos Turísticos.

Eixo de Atuação	Temas
Monitoramento	Aplicação do questionário das atividades do COMTUR.

Fonte: Elaboração própria (2026), com base nas atas do COMTUR.

O símbolo “–” indica ausência de registros de temas no respectivo eixo de atuação.

Apresenta-se a seguir uma análise do conteúdo por eixo de atuação, permitindo identificar os assuntos que compuseram as discussões do COMTUR, dentro do recorte temporal, bem como apontar avanços e desafios associados ao Programa de Regionalização do Turismo.

Cabe destacar que, durante a análise das atas, constatou-se que os temas apresentados eram abordados de forma pontual, sem o aprofundamento ou a ampliação das discussões sobre cada assunto. Essa característica limitou a identificação mais detalhada das ações e encaminhamentos relacionados aos temas debatidos, configurando-se como uma limitação para a análise desenvolvida na presente pesquisa.

1. Categoria Gestão Descentralizada do Turismo: essa categoria reúne 04 temas que juntos somam 14 ocorrências/frequências nas atas, no período 2017-2020 e 2021-2024.

As discussões registradas nas atas do COMTUR estiveram voltadas, em grande parte, à recomposição da estrutura do colegiado, com a substituição de membros sempre que necessário. Essas substituições ocorreram, principalmente, em decorrência de mudanças na gestão pública, no caso dos representantes do poder público, ou ainda devido à mudança de município por parte de algum membro do conselho.

No que se refere à renovação do Termo Associativo com a Instância de Governança Regional, o tema foi apresentado em duas ocasiões ao longo do período analisado, sendo registrado nas atas apenas como um informe sobre a necessidade de renovação, sem o registro de discussões mais aprofundadas sobre sua importância ou implicações para a gestão regional do turismo.

Em relação às regulamentações (Regimento Interno do COMTUR e Estatuto do FUMTUR), o registro nas atas limita-se a informar sobre a apresentação e a aprovação por parte dos conselheiros. Não se identificou nenhum registro nas atas sobre debates mais amplos acerca de possíveis alterações, pontos críticos, aprimoramentos ou adequações.

a) Os avanços e as consonâncias desta categoria com as premissas do Programa de Regionalização do Turismo giram em torno do esforço de articulação regional, por meio da IGR, e de fortalecimento da governança descentralizada e compartilhada, por meio da organização institucional do COMTUR, evidenciado pela regularidade das reuniões, pela manutenção do quórum e pela recorrência de temas ligados à substituição e posse de membros e apresentação e aprovação de regulamentações. Destaca-se também a ação no sentido de regularizar as ações do FUMTUR, que se trata de um instrumento financeiro público diretamente vinculado ao COMTUR.

b) Em contrapartida, a atuação do conselho se mostra concentrada em aspectos de obrigatoriedade, burocráticos e administrativos. Isso pode ser percebido, por exemplo, no tratamento dado às regulamentações, que esteve predominantemente voltado à formalização e aprovação dos instrumentos legais, sem registros de discussões mais aprofundadas acerca de seu conteúdo, de possíveis revisões ou de propostas de aprimoramento das normativas. Essa dinâmica indica uma atuação mais voltada ao cumprimento de exigências institucionais.

2. Categoria Planejamento e Posicionamento de mercado: essa categoria reúne 06 temas que juntos somam 35 ocorrências/frequências nas atas, no período 2017-2020 e 2021-2024.

As atas registram discussões sobre o Programa de “Boas Práticas – Segurança Alimentar”, apresentado como uma ação desenvolvida pela Instância de Governança Regional e disponibilizada para adesão dos municípios. O projeto foi aceito pelo município de Jequitinhonha, entretanto, as atas indicam tão somente que houve baixa adesão, sem que fossem apresentados detalhes sobre sua execução ou sobre os resultados alcançados.

Também foi mencionado o Projeto Roteiros Turísticos, cuja proposta consistiu em informar e orientar futuros visitantes sobre localidades de lazer, patrimônio, hospedagem e alimentação no município. No entanto, nas atas analisadas, o tema aparece apenas de forma pontual, sem uma apresentação mais detalhada da proposta e sem registros de continuidade ou desdobramentos nas reuniões seguintes.

Além desses, são citados outros projetos, como Mountain bike; Circuito Cultural; Projeto de Promoção de Cultura e Esportes nos bairros; Projeto Cultura em Casa, que incluía concurso de fotografia, poesia, música e esquetes teatrais; Projeto da Secretaria de Agricultura e Turismo; Projeto Paisagístico e Projeto de Passeio Educativo com alunos da rede municipal

de ensino. Contudo, observa-se que todos esses projetos foram apresentados de forma breve nas reuniões, sem detalhamento de objetivos, etapas de execução ou resultados esperados, tampouco registros de acompanhamento ou continuidade das discussões nas atas subsequentes.

No que se refere à Reserva Biológica da Mata Escura, as atas registram discussões voltadas principalmente ao incentivo à visitação na unidade, destacando seu potencial como atrativo turístico do município. No entanto, sem aprofundamento sobre estratégias de planejamento, gestão da visitação ou ações estruturadas para o desenvolvimento do turismo na área.

Em relação ao Mapa do Turismo Brasileiro, as atas apenas informam que o município realizou a adesão ao programa, sem detalhar o processo pelo qual essa adesão ocorreu tampouco apresentar informações mais amplas sobre o funcionamento do programa e seus critérios.

Em relação à segurança pública, é levado ao conselho um caso de afogamento e óbito de um morador do município no Rio Jequitinhonha, o que motivou discussões sobre a necessidade de ampliar a segurança na praia do rio, mas nenhum encaminhamento foi realizado.

Sobre a pandemia de COVID-19, são registradas falas acerca da instalação de barreiras sanitárias nos três acessos à cidade, do cancelamento de todos os eventos do município e a decisão de que as reuniões do COMTUR ocorreriam de forma on-line até o fim da pandemia.

a) A presença de discussão como a adesão ao Mapa do Turismo Brasileiro que posiciona Jequitinhonha na categoria de municípios com oferta complementar, segundo o Ministério do Turismo (MTur), revela, em especial, um avanço dentro das premissas do Programa de Regionalização do Turismo e aderência com as políticas estaduais e federais. Já o envolvimento do COMTUR e, por consequência, do município, com os projetos citados, também é digno de menção, pois referem-se à prestação de serviços, composição de atrativos, e alguns envolvem a comunidade local como público-alvo, e não só os turistas. Contudo, não há registros que nos permitem garantir se de fato aconteceram e se geraram os resultados esperados.

b) Por outro lado, as discussões ocorreram de forma tão pontual, que não há informações sobre a efetividade dos programas e projetos mencionados, o que dificulta a verificação da consolidação de uma estratégia contínua de planejamento e posicionamento de mercado. Dessa forma, observa-se que os temas aparecem nos registros de maneira informativa, sem a presença de discussões mais aprofundadas acerca de sua importância ou dos desdobramentos dessa participação para o desenvolvimento do turismo e posicionamento do município no mercado regional.

3. Categoria Qualificação profissional, dos serviços e da produção associada ao turismo: essa categoria reúne 02 temas que juntos somam 08 ocorrências/frequências nas atas, no período analisado.

Foram identificadas discussões relacionadas à capacitação de profissionais e de atores envolvidos com o turismo, por meio de palestras ambientais e exposições nas escolas. Brasil Braços Abertos – Qualificação do Ministério do Turismo, bem como orientações sobre o Cadastur - Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos. Entretanto, nenhum dos temas foram aprofundados, apenas mencionados.

a) Os registros referentes à capacitação da mão de obra local, envolvendo inclusive a comunidade escolar, e o Cadastur indicam avanços iniciais no reconhecimento da importância da qualificação profissional e da formalização dos prestadores de serviços turísticos, elementos fundamentais para a melhoria da qualidade da oferta turística. Ambos os aspectos se vinculam ao Programa de Regionalização do Turismo que tem como um de seus objetivos “prover os meios para qualificar os profissionais e serviços” (Brasil, 2026). Além do mais, para que um município conste no Mapa do Turismo Brasileiro, é obrigatório ter ao menos um prestador de serviço cadastrado no Cadastur, conforme artigo 13, da portaria que normatiza o PRT (Brasil, 2026).

b) No entanto, destaca-se que a baixa recorrência desses temas revela fragilidade na consolidação de políticas permanentes de qualificação. O desafio está em promover ações contínuas de capacitação e incentivar a adesão ao Cadastur, de modo a regularizar e elevar o padrão dos serviços e fortalecer a produção associada ao turismo no município. Ademais, o cadastro no Cadastur é obrigatório e gratuito, de acordo com a Lei Número 11.771, de 17 de setembro de 2008 (Brasil, 2008).

4. Empreendedorismo, captação e promoção de investimentos: essa categoria reúne 03 temas que juntos somam 29 ocorrências/frequências nas atas, no período analisado.

Destacaram-se, nas atas, discussões relacionadas ao ICMS Turismo, especialmente no que se refere ao cumprimento dos critérios exigidos para a manutenção do repasse do recurso financeiro ao município. Entre os aspectos abordados, mencionam-se a movimentação obrigatória da conta do Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR) e a apresentação do extrato de recebimento do recurso do ICMS Turismo, obtido por meio do site da Fundação João Pinheiro e também a apresentação dos extratos da conta do FUMTUR.

Também foram registradas pautas relacionadas à escassez de recursos financeiros, especialmente no que diz respeito à execução de projetos e programas apresentados nas reuniões do conselho, evidenciando limitações orçamentárias para a implementação das ações discutidas.

Nesse contexto, aparecem ainda as deliberações envolvendo o Fundo Municipal de Turismo relacionadas aos eventos locais, como o Carnaval do Sol e o Aniversário da Cidade, além de registros de pagamentos vinculados ao Termo de Adesão à IGR e à atualização do cadastro da Reserva da Mata Escura.

Observa-se ainda que, entre os temas registrados nas atas, não foram identificadas discussões relacionadas ao incentivo ao empreendedorismo no turismo local. A ausência desse tipo de pauta evidencia uma lacuna nas discussões do conselho, considerando que o estímulo ao empreendedorismo constitui um elemento importante para o fortalecimento da atividade turística, especialmente no que se refere à geração de oportunidades econômicas, à diversificação da oferta de produtos e serviços turísticos e ao envolvimento de novos atores no desenvolvimento do setor no município.

a) Os avanços que podem ser destacadas é a atenção conferida ao ICMS Turismo, às deliberações do FUMTUR e à discussão sobre a escassez de recursos financeiros que demonstra a atuação do COMTUR na busca por fontes de recursos financeiros e na gestão de recursos destinados ao setor turístico, alinhando-se às diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo no que se refere à sustentabilidade financeira das ações.

b) Desafios: O predomínio de discussões relacionadas à escassez de recursos financeiros evidencia fragilidades estruturais na gestão do turismo local, bem como uma forte

dependência de fontes específicas de financiamento e, sobretudo, dos recursos provenientes da gestão pública municipal para a implementação das ações e projetos voltados ao desenvolvimento da atividade turística. Durante a análise das atas, também foi notório que não ocorre o repasse do recurso financeiro do ICMS Turismo para a conta do Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR). Tal recurso poderia contribuir para a execução dos planos, programas e projetos apresentados nas reuniões do COMTUR, fortalecendo a capacidade de implementação das ações discutidas no âmbito do conselho.

5. Categoria Infraestrutura turística: essa categoria reúne 03 temas que juntos somam 34 ocorrências/frequências nas atas, no período analisado.

As atas apresentam discussões relacionadas a problemas de esgoto na orla do Rio Jequitinhonha. Diante dessa situação, foi encaminhado um ofício à Copasa solicitando a solução do problema, pedido que posteriormente foi atendido pela empresa. Também são mencionadas outras pautas, como a limpeza da orla do Rio Jequitinhonha; a reforma do Estádio Mineirinho; melhorias nas estradas vicinais; a finalização do mutirão de limpeza e das ações de sensibilização para o controle das arboviroses; o patrolamento e o alargamento das estradas de acesso aos distritos rurais; as obras de pavimentação da rodoviária; a finalização da pista de skate; a revitalização da entrada da cidade; e a melhoria da entrada da Casa do Artesão. Todas essas pautas são apenas citadas nas atas, sem um aprofundamento dos temas, apenas informando que aconteceram as ações.

No que se refere à sinalização turística, menciona-se a aquisição e instalação de placas no centro da cidade e nos principais pontos turísticos.

As discussões relacionadas à melhoria da infraestrutura, à execução de obras e à implantação de sinalização turística evidenciam a preocupação do COMTUR com o aprimoramento das condições físicas, técnicas e organizacionais do destino, elementos fundamentais para garantir a recepção, a segurança e a permanência dos visitantes, especialmente em contextos de crise sanitária.

a) As discussões relacionadas à melhoria da infraestrutura, à execução de obras e à implantação de sinalização turística evidenciam a preocupação do COMTUR com o aprimoramento das condições físicas, técnicas e organizacionais do destino, elementos

fundamentais para garantir a recepção, a segurança e a permanência dos visitantes, especialmente em contextos de crise sanitária.

b) Apesar disso, a baixa frequência desses temas sugere que as ações de infraestrutura ainda são pontuais e dependentes de recursos externos. O desafio é consolidar um planejamento integrado de infraestrutura turística, articulado às demais políticas públicas e às diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo.

6. Categoria Informação ao turista: não foram identificados temas específicos nas pautas das reuniões. Essa ausência indica que, no período analisado, não houve registros de discussões voltadas diretamente à estruturação de instrumentos de informação turística, como centros de atendimento ao turista, materiais informativos ou sistemas de orientação ao visitante.

a) Avanços: Não é possível mensurar pela ausência de ocorrência.

b) Desafios: A ausência de discussões sobre a informação ao turista evidencia a necessidade de incorporar esse eixo às pautas do conselho, considerando sua relevância para a qualificação da experiência do visitante e para a organização da atividade turística no destino.

7. Categoria Promoção e apoio à comercialização: essa categoria reúne 03 temas que juntos somam 108 ocorrências/frequências nas atas, no período analisado.

Foram registradas discussões relacionadas à realização de eventos, que constituem a pauta mais expressiva e numerosa identificada na análise das atas. São mencionados diversos eventos tradicionais do município, como o Carnaval do Sol, o Encontro dos Bois de Janeiro, o Festival de Quadrilhas (FEQUAJE), o Aniversário da Cidade, a Cavalgada de São Miguel e a Festa de Nossa Senhora do Rosário, realizada no quilombo da Mumbuca. Nas atas, são apresentadas informações acerca das datas e da programação desses eventos, bem como deliberações e aprovações de algumas despesas custeadas com recursos do Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR).

Além desses, também são citados outros eventos, como o Leilão de Gado de Corte, a Semana do Produtor Rural, o Passeio Ciclístico, eventos realizados na praia do Rio Jequitinhonha, ações relacionadas ao Dia da Consciência Negra, o Natal Iluminado, o Concurso de Presépios, as Festas de final de ano, o IFMundo – ONU, o Encontro dos Poetas e

Escritores do Vale do Jequitinhonha, o Encontro Intermunicipal de Capoeira, o Encontro de Motociclistas, Exposições culturais na Casa de Cultura, os Jogos Municipais de Esporte Coletivo (JOMEC), o Festival de Cultura Popular do Vale do Jequitinhonha (Festivale), a Virada Cultural e a Comitiva da Secult na Casa de Cultura. Contudo, observa-se que, nas atas analisadas, esses eventos são, em sua maioria, apenas mencionados quanto à sua realização, sem detalhamento mais aprofundado de suas discussões ou encaminhamentos.

No que toca ao marketing as atas das reuniões do COMTUR registram discussões relacionadas a algumas ações de divulgação e valorização do destino turístico. Entre elas, a construção e instalação do letreiro turístico na entrada da cidade, próximo ao trevo de acesso ao município. Ao longo das reuniões, também foram identificadas pautas relativas à manutenção periódica desse equipamento, incluindo ações de repintura e adaptação temática de acordo com campanhas e eventos realizados no município, como campanhas de enfrentamento ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, setembro amarelo, carnaval do sol, festas juninas e decoração natalina.

As atas também mencionam a criação da logomarca do turismo de Jequitinhonha. No entanto, não foram identificados registros de apresentação formal dessa identidade visual ao conselho, nem discussões sobre diretrizes para sua utilização em materiais institucionais e estratégias de promoção do destino.

Além disso, foram registradas propostas voltadas à produção de materiais de divulgação, como a possibilidade de elaboração de uma revista institucional destacando as potencialidades e riquezas do município, bem como a produção de um clipe audiovisual.

Consta ainda nas atas a informação sobre a produção de um documentário de aproximadamente 15 minutos sobre o Carnaval do Sol, o qual já foi publicado. Também foram mencionados, nas reuniões, alguns atrativos turísticos do município, como as pinturas rupestres localizadas na região do distrito do Caju. Nesse contexto, foi apontada a necessidade de realização e atualização do cadastro dos pontos turísticos tradicionais, bem como a identificação de novos locais de referência no município.

a) Este eixo apresenta avanços expressivos, especialmente pela elevada frequência de temas relacionados aos eventos do município e marketing turístico, demonstrando que a promoção do destino tem sido uma estratégia central da atuação do COMTUR para dinamizar

a atividade turística local. No que se refere aos avanços em relação às diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo percebe-se iniciativas voltadas à promoção e valorização do destino turístico local. A realização e o apoio a eventos culturais, religiosos e esportivos, como o Carnaval do Sol, o Encontro dos Bois de Janeiro, o Festival de Quadrilhas (FEQUAJE), o Aniversário da Cidade, a Cavalgada de São Miguel e a Festa de Nossa Senhora do Rosário, demonstram a utilização dessas manifestações como instrumentos de dinamização da atividade turística e de valorização da identidade cultural do município. Nesse sentido, os eventos configuram-se como importantes estratégias de promoção territorial, alinhando-se às diretrizes do Programa, que reconhece as manifestações culturais e os eventos locais como elementos relevantes para a divulgação dos destinos turísticos e para o fortalecimento da oferta regional. Além disso, as discussões relacionadas a ações de marketing e divulgação, como a construção do letreiro turístico na entrada da cidade, a criação da logomarca do turismo de Jequitinhonha e as propostas de elaboração de materiais promocionais, indicam esforços voltados ao fortalecimento da imagem do destino. Soma-se a isso a menção a atrativos turísticos do município, como as pinturas rupestres localizadas na região do distrito do Caju, bem como a indicação da necessidade de atualização do cadastro de pontos turísticos, o que demonstra uma preocupação inicial com a organização e divulgação da oferta turística local, aspectos que dialogam com as estratégias de promoção e apoio à comercialização previstas no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo.

b) Por outro lado, a forte dependência de eventos como principal instrumento de promoção pode limitar a diversificação da oferta turística. O desafio é ampliar as estratégias de comercialização, integrando produtos, atrativos e experiências de forma mais estruturada e alinhada ao planejamento local e regional.

8. Categoria Monitoramento: essa categoria reúne 01 tema que juntos somam 04 ocorrências/frequências nas atas, no período analisado.

Foi identificado, nas atas, o tema referente à aplicação de um questionário sobre as atividades do COMTUR. Esse assunto aparece pela primeira vez na ata de dezembro de 2021 e volta a ser registrado regularmente nas atas de dezembro dos anos subsequentes. O questionário é composto por seis perguntas relacionadas ao funcionamento e ao posicionamento do COMTUR no que toca as ações do conselho e nas ações do turismo local e regional. Nas atas, constam apenas as respostas às perguntas apresentadas, sem qualquer informação adicional que explique o objetivo ou a motivação para a aplicação desse

instrumento. Ainda assim, as respostas registradas indicam que o COMTUR de Jequitinhonha é percebido pelos próprios conselheiros como um órgão autônomo, paritário e de caráter consultivo, propositivo e deliberativo, que atua por meio de reuniões organizadas a partir de um calendário anual previamente definido. Também evidenciam a avaliação de que há boa participação dos conselheiros nas reuniões e que o conselho se configura como um espaço relevante de debate sobre as ações voltadas ao desenvolvimento do turismo no município. Contudo, as respostas também revelam um desafio importante relacionado à visibilidade e à participação social, uma vez que se reconhece que a população de Jequitinhonha ainda possui pouco conhecimento sobre as ações desenvolvidas pelo COMTUR. Dessa forma, embora o conselho seja considerado um instrumento importante para a discussão de propostas e potencialidades turísticas do município, os registros apontam para a necessidade de ampliar a divulgação de suas atividades, fortalecer a participação da sociedade e promover maior interação com a comunidade por meio de eventos, capacitações e maior apoio do poder público.

a) A aplicação anual do questionário das atividades do COMTUR representa um avanço no âmbito do monitoramento, ao possibilitar o acompanhamento das ações desenvolvidas pelo conselho, a sistematização de informações, bem como a correção de rumos e uso destes dados para a definição de ações futuras. Quanto melhor estruturado o COMTUR estiver, maior será a possibilidade da promoção da participação democrática e da representatividade dos diversos setores direta ou indiretamente envolvidos com o turismo.

b) Apesar desse avanço, o monitoramento ainda se apresenta de forma pontual e obrigatória. A aplicação do questionário das atividades do COMTUR relaciona-se às exigências estabelecidas pela Resolução SECULT nº 44, de 2021, da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais, que define critérios para habilitação e manutenção dos municípios no ICMS Turismo. Entre esses critérios, destaca-se a necessidade de comprovação do funcionamento regular do Conselho Municipal de Turismo, bem como o envio de informações sobre suas atividades por meio de instrumento específico de monitoramento, que busca acompanhar a atuação do conselho e sua contribuição para a gestão da política pública de turismo no âmbito municipal (Minas Gerais, 2021).

O desafio consiste em ampliar e institucionalizar mecanismos permanentes de avaliação e acompanhamento dos resultados das ações turísticas, de modo a subsidiar o planejamento, a

tomada de decisões e o aprimoramento das políticas públicas de turismo no município, conforme preconiza o Programa de Regionalização do Turismo.

As pautas das reuniões do COMTUR de Jequitinhonha quando analisadas à luz dos oito eixos de atuação do Programa de Regionalização do Turismo, evidenciam que, embora o conselho desempenhe papel relevante na condução das ações turísticas locais, sua atuação permanece predominantemente concentrada em demandas imediatas e operacionais. Esse cenário indica a necessidade de fortalecimento das pautas estratégicas e estruturantes, especialmente aquelas relacionadas ao planejamento de longo prazo, à qualificação e ao monitoramento, de modo a ampliar a efetividade da política pública de turismo e assegurar maior alinhamento às diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo.

4.3 Análise comparativa dos temas das atas do COMTUR nas duas gestões municipais de Jequitinhonha no período investigado

Com o intuito de aprofundar a análise das ações do Conselho Municipal de Turismo de Jequitinhonha, os temas identificados nas atas e suas respectivas frequências foram organizados de acordo com as duas gestões municipais investigadas: 2017–2020 e 2021–2024. O Quadro 5 apresenta essa distribuição, permitindo visualizar de forma comparativa quais assuntos estiveram mais presentes nas discussões do COMTUR em cada período. Essa organização tem como objetivo evidenciar possíveis mudanças no foco das pautas, identificar continuidades ou rupturas nas ações do conselho e compreender como a atuação do COMTUR se configurou ao longo das duas gestões públicas. A partir desse comparativo, busca-se analisar de que maneira as discussões registradas nas atas refletem avanços, desafios e prioridades da política pública de turismo no município, contribuindo para subsidiar a gestão pública atual e os membros do COMTUR no aprimoramento das estratégias de planejamento e gestão do turismo local.

Quadro 5 – Comparativo dos temas das reuniões do COMTUR nas duas gestões investigadas

Tema	Frequência 2017–2020	Frequência 2021–2024
Eventos	53	31
Infraestrutura	5	22
Marketing Turístico	5	15

Tema	Frequência 2017–2020	Frequência 2021–2024
Deliberações do FUMTUR	13	11
Projetos Turísticos	10	10
Capacitação	2	5
Aplicação do questionário do COMTUR	–	4
Posse	1	4
Reserva Biológica da Mata Escura	2	4
Sinalização Turística	3	3
Substituição de membros	3	2
Atrativos turísticos	2	2
Programas turísticos	1	2
ICMS Turismo	2	–
Covid-19	3	–
Legislações	2	–
Escassez de recursos financeiros	2	1
Cadastur	1	–
Obras	1	–
Renovação do Termo Associativo / Termo Associativo	1	1
Segurança pública	1	–
Mobilização social para a saúde	1	–
Mapa do Turismo Brasileiro / Mapa do Turismo	1	1
Plano Municipal de Turismo	1	–

Fonte: Elaboração própria (2026), com base nas atas do COMTUR.

O símbolo “–” indica ausência de registros do tema no respectivo período.

A análise comparativa dos temas discutidos nas reuniões do Conselho Municipal de Turismo de Jequitinhonha ao longo das duas gestões públicas investigadas evidencia mudanças significativas no foco e na natureza das pautas deliberadas. No período de 2017 a 2020, observa-se uma forte concentração das discussões em torno da realização de eventos, que se configuraram como o tema mais recorrente, indicando uma atuação predominantemente voltada à organização e ao apoio a ações pontuais de promoção turística. Além disso, temas relacionados à governança, como as deliberações do FUMTUR, substituição e posse de membros, bem como questões emergenciais, a exemplo da pandemia da Covid-19, também estiveram presentes, embora em menor intensidade.

Já no período compreendido entre 2021 e 2024, verifica-se uma maior diversificação e redistribuição dos temas abordados, com redução da centralidade dos eventos e ampliação das

discussões relacionadas à infraestrutura turística, ao marketing e à capacitação. Destaca-se ainda o aumento da atenção a instrumentos de gestão e planejamento, como a aplicação de questionários do COMTUR, a manutenção da Reserva Biológica da Mata Escura e a inserção do município no Mapa do Turismo Brasileiro.

De forma geral, o comparativo entre as duas gestões revela uma transição de uma agenda predominantemente operacional e imediatista para uma atuação mais alinhada aos princípios do planejamento e da gestão do turismo. Ainda que persistam desafios, como a recorrente escassez de recursos financeiros e a baixa frequência de temas relacionados ao planejamento de longo prazo, as mudanças observadas indicam avanços na consolidação do COMTUR como instância de governança, contribuindo para o aprimoramento da política pública de turismo em Jequitinhonha.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo identificar os avanços e os desafios relacionados ao Programa de Regionalização do Turismo no município de Jequitinhonha, a partir da análise das atas das reuniões do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) no período de 2017-2020 e 2021-2024. A investigação permitiu compreender de que forma as discussões e deliberações registradas nesses documentos refletem a implementação da política pública de regionalização do turismo no âmbito municipal, considerando duas gestões públicas distintas.

A partir do referencial teórico adotado, observou-se que o desenvolvimento do turismo depende da articulação entre políticas públicas, planejamento estratégico e mecanismos de governança capazes de integrar diferentes atores e escalas de gestão, conforme apontam autores como Beni (2006), Cruz (2001) e Dias (2013). Nesse contexto, o Programa de Regionalização do Turismo se configura como um importante instrumento de organização territorial e de gestão compartilhada da atividade turística, estruturado a partir de oito eixos de atuação que orientam o planejamento, a promoção e o monitoramento das ações no setor.

A análise documental das atas do COMTUR evidenciou que o conselho apresenta regularidade de funcionamento, com realização periódica das reuniões, presença de quórum e participação dos membros, o que representa um avanço significativo no que se refere à institucionalização da governança turística local. Esses elementos reforçam o papel do conselho como espaço de participação social, articulação institucional e acompanhamento das políticas públicas de turismo, em consonância com os princípios da gestão descentralizada preconizados pelo Programa de Regionalização do Turismo.

No que se refere aos temas discutidos, verificou-se que a agenda do COMTUR esteve fortemente concentrada em pautas relacionadas à realização de eventos, à gestão de recursos do Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR), à infraestrutura e às ações de promoção turística. Essa predominância evidencia uma atuação voltada principalmente para demandas operacionais e imediatas, orientadas à dinamização do calendário de eventos e à promoção do destino turístico. Embora essas iniciativas contribuam para a visibilidade do município e para a movimentação da atividade turística local, observou-se que muitas dessas discussões ocorreram de forma pontual, sem continuidade ou aprofundamento em termos de planejamento estratégico.

A análise à luz dos oito eixos de atuação do Programa de Regionalização do Turismo permitiu identificar que alguns eixos foram mais recorrentes nas pautas do conselho, como Promoção e Apoio à Comercialização, Infraestrutura Turística e Empreendedorismo, Captação e Promoção de Investimentos. Por outro lado, eixos considerados estruturantes para o fortalecimento da política pública de turismo, como Qualificação profissional, Monitoramento, Planejamento estratégico e Informação ao turista, apresentaram baixa frequência ou mesmo ausência de registros nas atas analisadas. Esse cenário indica que, apesar da existência de iniciativas relacionadas ao desenvolvimento turístico, ainda há lacunas na incorporação de uma abordagem mais integrada e estratégica da gestão do turismo no município.

A comparação entre as duas gestões municipais investigadas revelou mudanças importantes na dinâmica das discussões do COMTUR. Enquanto no período de 2017 a 2020 observou-se forte concentração das pautas em torno da organização de eventos e de ações pontuais de promoção turística, no período de 2021 a 2024 verificou-se maior diversificação dos temas discutidos, com ampliação das pautas relacionadas à infraestrutura, ao marketing turístico, à capacitação e a instrumentos de monitoramento. Ainda que parte dessas discussões esteja associada ao cumprimento de exigências normativas, como no caso da aplicação do questionário anual do COMTUR para fins de habilitação ao ICMS Turismo, tais mudanças indicam avanços no processo de organização da gestão turística local.

Apesar desses avanços, a pesquisa também evidenciou desafios relevantes para a consolidação da política de regionalização do turismo em Jequitinhonha. Entre eles, destacam-se a escassez de recursos financeiros para a implementação de projetos turísticos, a baixa continuidade das discussões sobre planejamento e programas estruturantes, bem como a limitada presença de ações voltadas à qualificação profissional e ao monitoramento sistemático das políticas públicas de turismo.

De modo geral, conclui-se que o COMTUR de Jequitinhonha desempenha papel importante na condução das ações turísticas locais e na articulação entre poder público e sociedade civil. Contudo, sua atuação ainda se concentra majoritariamente em demandas imediatas e operacionais. Para ampliar a efetividade da política pública de turismo no município, torna-se necessário fortalecer as pautas estratégicas do conselho, promovendo maior integração entre planejamento, qualificação, monitoramento e articulação regional, conforme orienta o Programa de Regionalização do Turismo.

Por fim, esta pesquisa contribui para a compreensão da dinâmica da governança turística municipal e evidencia a importância dos conselhos de turismo como instrumentos fundamentais para a implementação das políticas públicas do setor. Espera-se que os resultados aqui apresentados possam subsidiar a atuação do COMTUR e da gestão pública municipal, contribuindo para o fortalecimento do planejamento turístico e para o aprimoramento das estratégias de desenvolvimento do turismo no município de Jequitinhonha.

6 REFERENCIAS

ALEIXO, Erika. Políticas de turismo no Brasil: de 1992 a 2003. **In: Políticas públicas de turismo**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2014. p. 113–138.

ALEIXO, Erika. As políticas municipais e o Plano Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT. **In: Políticas públicas de turismo**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2014. p. 139–166.

ALEIXO, Erika. Políticas de turismo no Brasil: Plano Nacional de Turismo de 2003 a 2007. **In: Políticas públicas de turismo**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2014. p. 167–198.

ALEIXO, Erika. Plano Nacional de Turismo 2007/2010: uma viagem de inclusão. **In: Políticas públicas de turismo**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2014. p. 199–228.

ASSOCIAÇÃO DO CIRCUITO TURÍSTICO DOS VALES DO JEQUITINHONHA E DO MUCURI (ACITURVALES). **Quem gerencia**. s.l.: s.n., s.d. Disponível em: <http://www.visiteosvales.tur.br/quem-gerencia.html>. Acesso em: 14 fev. 2026.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/hhywJFvh7ysP5rGPn3QRFWf/> Acesso em: 19 jan. 2026.

BINFARÉ, Paula Wabner; CASTRO, Cleber Trindade; SILVA, Michel Vieira; GALVÃO, Patrícia Lins; COSTA, Sinthya Pinheiro. Planejamento turístico: aspectos teóricos e conceituais e suas relações com o conceito de turismo. **Revista de Turismo Contemporâneo**, Natal, v. 4, ed. especial, p. 24–40, abr. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufrr.br/turismocontemporaneo/article/view/6042/6411>. Acesso em: 28 fev. 2026.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 9. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2003.

BENI, Mário Carlos. **Política e planejamento do turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BENI, Mário Carlos. **Política e planejamento estratégico no desenvolvimento sustentável do turismo**. Turismo em análise, v. 17, n. 1, p. 5-22, 2006 Tradução . . Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v17i1p5-22>. Acesso em: 01 fev. 2026.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo**. Portal Gov.br. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/programa-de-regionalizacao-do-turismo-2/programa-de-regionalizacao-do-turismo-1/o-que-e-o-programa-de-regionalizacao-do-turismo>. Acesso em: 12 jan. 2026.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de qualificação à distância para o desenvolvimento do turismo: curso de regionalização do turismo**. Livro 02. Brasília: MTur, s.d.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de qualificação a distância para o desenvolvimento do turismo: formação de gestores das políticas públicas do turismo**. Brasília: Ministério do Turismo, 2009.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Portaria MTur n.º 41, de 24 de novembro de 2021. Consolida e atualiza as normas sobre o Programa de Regionalização do Turismo, a Categorização dos Municípios do Mapa do Turismo Brasileiro e o Mapa do Turismo Brasileiro**. Diário Oficial da União: seção 1, p. 130, 26 nov. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/atos-normativos-2/2021-1/portaria-mtur-no-41-de-24-de-novembro-de-2021>. Acesso em: 14 fev. 2026.

BRASIL. **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 3: Institucionalização da Instância de Governança Regional**. Brasília, 2007a. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/conselhos/conselhonacional/documentos_conselho/modulo_operacional_3_institucionalizacao_da_instancia_de_governanca_regional.pdf. Acesso em: 22 fev. 2026.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Portaria MTur n.º 1, de 30 de janeiro de 2026. Dispõe sobre as normas do Programa de Regionalização do Turismo, do Mapa do Turismo Brasileiro e da Categorização dos Municípios no Mapa do Turismo Brasileiro**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 jan. 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/atos-normativos-2/2026/portaria-mtur-no-1-de-30-de-janeiro-de-2026>. Acesso em: 28 fev. 2026.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo: diretrizes, metas e programas 2003–2007**. Brasília: Ministério do Turismo, 2003. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/planos/plano-nacional-do-turismo/plano_nacional_turismo_2003_2007.pdf. Acesso em: 26 fev. 2026.

BRASIL. **Lei nº 14.978, de 3 de julho de 2024**. Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 4 jul. 2024b. Disponível em: <[L14978](#)>. Acesso em: 16 jan. 2026.

CARVALHO, Alan Francisco de. Políticas públicas em turismo no Brasil. **Sociedade e Cultura**, v. 3, n. 1 e 2, jan/dez. 2000, p. 97-109. Disponível em: POLÍTICAS PÚBLICAS EM TURISMO NO BRASIL | Sociedade e Cultura. Acesso em: 15 jan. 2026

BRASIL. Ministério do Turismo. **Mapa do Turismo Brasileiro**. Disponível em: <https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>. Acesso em: 13 fev. 2026.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2001.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento**. São Paulo: Atlas, 2013.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Jequitinhonha. Minas Gerais – Destinos Turísticos**. Disponível em: <https://www.minasgerais.com.br/pt/destinos/jequitinhonha>. Acesso em: 23 fev. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Jequitinhonha (MG)**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/jequitinhonha.html>. Acesso em: 22 fev. 2026.

JEQUITINHONHA (MG). Prefeitura Municipal. **Plano Municipal de Turismo de Jequitinhonha**. Jequitinhonha: Prefeitura Municipal, 2022.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (SECULT). **Orientações para o planejamento e gestão municipal do turismo em Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2014.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 43.321, de 8 de maio de 2003. Dispõe sobre o reconhecimento dos Circuitos Turísticos e dá outras providências**. Diário do Executivo, Minas Gerais, 09 maio 2003. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEC/43321/2003/>. Acesso em: 18 jan. 2026.

MINAS GERAIS. Diário Oficial do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 19 set. 2025. Diário do Executivo. **Publicação da listagem oficial dos municípios participantes da Política de Regionalização do Turismo por meio das Instâncias de Governança Regionais (IGRs)**. Disponível em: <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br>. Acesso em: 12 fev. 2025.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Cultura e Turismo. **ICMS Turismo: habilitação dos municípios. Belo Horizonte, 2026**. Disponível em: <https://www.icmsturismo.mg.gov.br/default/habilitar>. Acesso em: 28 fev. 2026.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (SECULT). **Resolução SECULT nº 44, de 13 de abril de 2021**. Dispõe sobre os critérios, documentos e procedimentos para habilitação dos municípios no critério Turismo do ICMS. *Diário Oficial do Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, 14 abr. 2021. Disponível em: <https://www.icmsturismo.mg.gov.br/>. Acesso em: 28 fev. 2026.

SANSOLO, D. G.; CRUZ, Rita. C. **Plano Nacional de Turismo: uma análise crítica**. Brasília, 2003. (Caderno Virtual de Turismo, n. 10.)

TRENTIN, F.; FRATUCCI, A. C. **Política Nacional de Turismo no Brasil: da municipalização e regionalização**. Tourism & Management Studies, vol. 1, 2011, pp. 839-848. Universidade do Algarve Faro, Portugal. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3887/388743867076.pdf>. Acesso em 08 de Jan 2026.

VIANA, A. L. B. **Modelos relacionados para a organização e o desenvolvimento regional do turismo**. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2012.